

Efeitos da reestruturação produtiva do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) nas relações de trabalho e nos STR's e SER's

Gabriel Vitor Nascimento Ferreira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: vitor.ferreira@unesp.br

Fredi dos Santos Bento

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: fredi.sousuke@gmail.com

Antonio Thomaz Junior

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo

A transição tecnológica em curso no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente, como parte da reestruturação produtiva do capital, materializa-se mediante intensa mecanização do corte e do plantio e fundamenta-se no modelo químico-dependente. Os desdobramentos na saúde do trabalhador, coletiva, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais, e os danos ambientais, também atingem sua esfera de representação, ou seja, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e os Sindicatos dos Empregados Rurais. O reordenamento territorial provocado pela expansão do agrohidronegócio canavieiro têm amplificado as contradições sociais em um território marcado historicamente por conflitos fundiários, o que nos motiva a estabelecer correlações entre o processo saúde-doença dos trabalhadores, as formas de resistência e as lutas protagonizadas pelos STR's e SER's no âmbito da luta de classes nesse território. Assim, através de procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos, buscamos compreender de que maneira a organização/representação (política, econômica e ideológica) dos trabalhadores têm sido afetadas na região e os impactos para as relações de trabalho nos canaviais desta.

Palavras chave: Sindicato; transição tecnológica; agrohidronegócio canavieiro; saúde do trabalhador.

Effects of the productive restructuring of the sugarcane hydroagricultural in the Administrative Region of Presidente Prudente (SP) on labor relations and on STR's and SER's

Abstract

The technological transition underway in sugarcane hydroagricultural in the Administrative Region of Presidente Prudente, as part of the productive restructuring of capital, materializes through intense mechanization of cutting and planting and based on the chemical-dependent model. The impact on workers' and collective health, accidents at work, occupational

diseases, and environmental damage, they also reach their sphere of representation, that is, the Rural Workers' Unions and the Rural Employees' Unions. The territorial reorganization caused by the expansion of sugarcane hydroagricultural has amplified social contradictions in a territory historically marked by land conflicts, which motivates us to establish correlations between the workers' health-illness process, the forms of resistance and the struggles carried out by the STR's and SER's in the context of the class struggle in that territory. Thus, through qualitative and quantitative methodological procedures, we seek to understand how the organization / representation (political, economic and ideological) of workers has been affected in the region and the impacts on labor relations in the cane fields.

Keywords: Syndicate; technological transition; sugarcane hydroagricultural; worker's health.

Efectos de la reestructuración productiva del agrohidronegocio cañaviero en la Región Administrativa de Presidente Prudente (SP) en las relaciones laborales y en los STR y SER

Resumen

La transición tecnológica en marcha en el agrohidronegocio cañero en la Región Administrativa de Presidente Prudente, como parte de la reestructuración productiva del capital, se materializa mediante una intensa mecanización de la corta y la siembra y se basa en el modelo químico-dependiente. El impacto en la salud colectiva y de los trabajadores, los accidentes de trabajo, las enfermedades profesionales y los daños ambientales, también llegan a su ámbito de representación, es decir, los Sindicatos de Trabajadores Rurales y los Sindicatos de Empleados Rurales. La reorganización territorial provocada por la expansión de la agroindustria cañera ha amplificado las contradicciones sociales en un territorio históricamente marcado por conflictos agrarios, lo que nos motiva a establecer correlaciones entre el proceso salud-enfermedad de los trabajadores, las formas de resistencia y las luchas llevadas a cabo por STR y SER en el contexto de la lucha de clases en ese territorio. Así, a través de procedimientos metodológicos cualitativos y cuantitativos, buscamos comprender cómo la organización / representación (política, económica e ideológica) de los trabajadores se ha visto afectada en la región y los impactos en las relaciones laborales en los campos de caña.

Palabras clave: Sindicato; transición tecnológica; agrohidronegocio cañero; Salud del trabajador.

Introdução

O agrohidronegócio (MENDONÇA, 2007; MESQUITA, 2007; TORRES, 2007, HESPANHOL, 2008; THOMAZ JUNIOR, 2009) que conceitualmente diz respeito a procura por terras férteis, com relevo plano, apto a mecanização das lavouras, e com inclinação adequada, além da disponibilidade de recursos hídricos, com destaque para o Aquífero Guarani, seguindo a lógica e interesses do mercado, têm sido tema de diversos debates, análises e sistematizações no âmbito do Grupo de Pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia Trabalho) e do Coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), especialmente no que se refere aos desdobramentos que sua expansão acarreta para os trabalhadores, para as populações do campo e da cidade.

Ao passo que, a partir do tripé trabalho, meio ambiente e saúde, os grupos mencionados buscam centrar seus esforços para a compreensão das novas dinâmicas territoriais resultantes do reordenamento territorial provocado pelas agroindústrias canavieiras na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

A transição tecnológica em curso no agrohidronegócio canavieiro na região de nosso recorte, entendida como parte da reestruturação produtiva do capital, como asseveram Bento (2019) e Bento; Thomaz Junior (2019), se materializa mediante intensa mecanização do corte e do plantio, fundamentada, pois, no modelo químico-dependente.

Os desdobramentos na saúde do trabalhador, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais e os danos ambientais, também atingem a organização política, ou seja, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e Sindicato dos Empregados Rurais (SER's).

O reordenamento territorial provocado pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar têm amplificado as contradições sociais em um território marcado historicamente por conflitos fundiários, o que nos estimula a estabelecer correlações entre o processo saúde-doença dos trabalhadores, as formas de resistência, as lutas protagonizadas pelos STR's no âmbito da luta de classes na região, realizando assim, uma leitura geográfica desses processos (OLIVEIRA, 2009; LOURENÇO, 2009; 2013; PIGNATI, 2013; BENTO; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Nesta perspectiva, ao buscarmos compreender os desdobramentos da transição tecnológica do agrohidronegócio canavieiro na organização legal dos trabalhadores, entendida na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais, e os impactos para a saúde dos trabalhadores.

É preciso ter clareza que os territórios que compreendem a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), a exemplo do Pontal do Paranapanema, estão associados a disputas, logo tratam-se de territórios em disputa. Raffestin (1993, p.158) caracteriza o território como “[...] resultado de uma ação construída por atores transformadores em um determinado espaço”. A ação indicada pelo autor refere-se às disputas que determinam as novas demarcações e, conseqüentemente, as transformações no território.

Estes atores são os latifundiários em aliança com os grileiros e agroindústrias canavieiras, que constantemente fazem uso de sua influência dentro do aparato estatal, e os representantes da classe trabalhadora, os movimentos sociais, sociedade civil organizada, setores progressistas da Igreja Católica, ou mais precisamente a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e, em menor expressão, os sindicatos de algumas categorias de trabalhadores, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER's).

Isto é, de um lado, as terras griladas - majoritariamente ocupadas por pastagens extensivas e degradadas -, objeto de interesse tanto do capital quanto dos movimentos

sociais envolvidos na luta pela terra, e de outro, o isolamento no qual são mantidos os trabalhadores(as) assentados(as) ou camponeses, nos assentamentos rurais, via de regra desassistidos pelas políticas públicas, tornando-se mão de obra cativa para o agrohidronegócio canavieiro.

Neste ambiente de conflitos e disputas, referenciadas nos formatos do processo de trabalho sob a regência da racionalização dos custos de produção, da elevação dos coeficientes tecnológicos - no caso da cana-de-açúcar, com a intensificação crescente da mecanização do corte e plantio da cana-de-açúcar -, e o consequente desemprego tecnológico, seguido de perto da terceirização e de formas de controle específicas, que tem se dado o avanço do capital nos mais diversos territórios (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Tendo em vista as especificidades históricas/estruturais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), que se relacionam com a luta pelo acesso à terra e à água, enfrentamentos entre grupos que defendem através de discursos e ações, modelos diferentes de produção e reprodução social no campo, objetivamos neste texto, chamar a atenção para a fragilização da organização das instâncias sindicais e também a situação específica de terem que lidar com trabalhadores/camponeses/assentados, o que dificulta ainda mais a organização.

Essa heterogeneidade da classe trabalhadora, as muitas divisões internas e a incapacidade dos sindicatos em lidar com isso, fazem com que as condições de saúde dos trabalhadores, fiquem reféns quase que sem nenhuma proteção, da ofensiva do capital que se aproveita da diferenciação interna, divisão e enfraquecimento da organização de classe do universo do trabalho, como temos percebido em nossas pesquisas.

As mesmas têm se pautado em entrevistas semiestruturadas, junto aos trabalhadores e suas instâncias de representação, a citar os STR's e SER's, bem como a representantes do setor canavieiro, além de análise de dados quantitativos referentes ao desenvolvimento do monocultivo da cana-de-açúcar na região e dados secundários provenientes de mídias locais (jornais, páginas da internet etc.).

Nesse ínterim, o texto está dividido em duas seções, a primeira referente a crise do sindicalismo brasileiro nas suas mais diversas frações e funções laborais, em que buscamos trazer para o debate, o caso dos sindicatos dos trabalhadores e empregados rurais e uma segunda seção, referente a relação existente entre os trabalhadores rurais e os sindicatos na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), em meio a existência de um processo de adoecimento/descarte do trabalho nos canaviais dessa região.

A crise dos STR's e SER's em meio ao avanço da reestruturação produtiva no agrohídronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)

Entender de que forma a transição tecnológica¹ vem impactando nos últimos anos, os municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), seja através da saúde financeira dos municípios, seja através das condições de trabalho, saúde física e mental dos trabalhadores, salários, oportunidades e captura da consciência de classe e subjetividade dos mesmos, se coloca como imprescindível para buscarmos a compreensão da totalidade da realidade existente na região.

E nesta linha de raciocínio, faz-se mister, ter clareza que os sindicatos, supostamente expressões legais e combativas da defesa dos interesses dos trabalhadores, não seriam diferentes, quando pensamos nos aspectos da vida na região que são afetados pelo processo de transição tecnológica e organizacional, sendo esse um debate necessário.

Antunes (2000) nos diz que os sindicatos são associações criadas pelos operários para sua própria segurança, pela defesa contra a usurpação incessante do capitalista, e a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

Antunes (1982) ao dizer que a atuação dos sindicatos se baseia nas lutas cotidianas da classe operária, nos está adiantando que essas agremiações se constituem também em força organizadora da classe operária, na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Devem ser considerados como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política.

Ao se aprofundar na análise da Constituição de 1988, Azevedo (2008) nos indica que de acordo com a Constituição no Art. 8º, parágrafo III, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”, podendo ser, neste caso, uma forma de proteção do trabalhador da exploração do capital e, ao mesmo tempo, agente de esclarecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

No entanto, sua proposta inicial de defesa dos trabalhadores e enfrentamento ao capital, assim como a de agente de esclarecimento dos direitos sociais da classe trabalhadora previsto na Constituição de 1988, é colocada cada vez mais à prova, principalmente a partir de eventos/processos hegemônicos que ocorrem como uma resposta

¹ Em consideração a esse processo, o qualificamos como expressão da reestruturação produtiva no agrohídronegócio canavieiro, haja vista a passagem do corte e plantio manual para o mecanizado, além de uma série de mudanças no que concerne às relações de trabalho e qualificação de trabalhadores dentro e fora dos canaviais.

das elites mundiais à crise do modelo de acumulação taylorista/fordista: a reestruturação produtiva e o avanço do pacote neoliberal.

Na bibliografia específica consultada sobre os sindicatos no Brasil e o sindicalismo de modo geral no século XXI, nos é indicado que essa instância organizativa se encontra em crise. Diversos autores concordam que o sindicalismo, principalmente na aurora do século XXI, demonstra notória fragilidade, no que tange principalmente aos interesses da classe trabalhadora, a ponto de sua utilidade e condição de existência serem postas em questão pelos próprios trabalhadores, especialmente os desempregados (ALVES, 2000; ANTUNES, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2009).

O que se deve, basicamente, à incongruência de suas práticas, não muito claras aos trabalhadores e à falta de políticas de desenvolvimento de elementos e meios dialógicos de interlocução e interação entre lideranças e filiados, uma questão que preocupa, há muito, aqueles que se envolvem com essa problemática, já secular.

O que faz com que as organizações sindicais (como também a de “partidos”, “movimentos” etc., que evocam a centralidade da classe trabalhadora e do mundo operário, particularmente) percam sua verdadeira essência, que é a de contemplar e completar a personalidade do trabalhador, como se fosse a extensão desta (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Thomaz Junior (2002; 2013) acrescenta que para exemplificar a gravidade da situação e do momento das instâncias organizativas, nos STR's predominam também o encastelamento, o imobilismo, o burocratismo e o distanciamento das bases e dos locais de trabalho. Ademais, buscar dados, informações, fazer pesquisa empírica para tentar compreender como que se dá a atual dimensão política, ideológica e econômica dos sindicatos, compreendida em nosso recorte espacial na figura do STR's e SER's; e qual seria seu papel, em um momento que sua função enquanto defensor da classe trabalhadora, se faz mais do que necessário, como assevera o referido autor.

Dessa forma, têm-se uma massa cada vez maior e mais necessária de produtos e mercadorias, que correspondem à necessidade da expansão do capital produtivo, adicionada a uma crescente diminuição de postos de trabalho, produtor de valor. Ao mesmo tempo em que, o trabalho humano (e sua condição natural de geração de valores) é o fundamento da existência do capital, contraditoriamente o próprio capital é poderoso instrumento de (des)realização do trabalho.

Ademais, estamos entendendo o trabalho enquanto condição de existência do homem, visto que o trabalho apresente uma dupla transformação, pois o homem que trabalha é transformado por seu trabalho, além de atuar sobre a natureza transformando-a, relação que exprime a interação dos homens com a natureza a partir do trabalho.

É vital qualificarmos também, que o trabalho permite a passagem do ser em si do homem para ser para si possibilitando a “transformação material da realidade material, ao

mesmo tempo, estamos tencionando o mesmo, enquanto categoria fundante para o entendimento da estrutura espacial, da dinâmica territorial, ou do espaço geográfico, pois a totalidade do trabalho se constitui no edifício teórico-político-ideológico da dinâmica geográfica das lutas e dos embates de classe” (LUKÁCS, 2012, p.285-286; THOMAZ JUNIOR, 2017).

Portanto, é necessário nos debruçarmos sobre o campo do debate político, econômico e ideológico que há por trás desta suposta crise do sindicalismo de massa, que os autores nos dizem. O aprofundamento nesta questão, permite-nos compreender os motivos para a classe trabalhadora ter tanta dificuldade em se articular, e os elementos que podem contribuir para que esta, numa perspectiva de crítica radical ao capital e enfrentamento a este, possa restabelecer a coesão necessária para resistir e almejar um modelo de sociedade (e trabalho) para além do capital.

Entender a realidade existente na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), os conflitos, as disputas e desdobramentos na organização dos trabalhadores, implica e necessita em uma abordagem que abarque as transformações globais que o mundo do trabalho vem sofrendo desde os anos de 1970, com o advento da reestruturação produtiva, erigida como uma resposta das elites mundiais diante da crise sistêmica do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017; 2018).

Desta forma, os sindicatos, como parte da realidade de nossa região de estudo, foram impactados por esses processos globais, principalmente no território do Pontal do Paranapanema, que é parte da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), adquiriram particularidades, estas inerentes à um território historicamente marcado por conflitos pela terra, violência no campo, genocídio de indígenas e destruição do meio ambiente.

Os sindicatos da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), como parte desta realidade, não poderiam deixar de ser afetados por essas características históricas juntamente com os processos globais, sobretudo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER's), que curiosamente para além dos problemas em enfrentar os ditames do capital, ainda contam com disputas internas por hegemonia, poder e visão (formas de atuação) de modelo sindical.

Inicialmente, de acordo com os próprios sindicalistas, havia a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo), no entanto, a partir de disputas internas, que geralmente tem como desdobramento “rachas” na estrutura, surgiu a federação FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

Recentemente, uma nova ruptura gerou a FETRAGRO (Federação dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo). E estas disputas, se

reproduzem inclusive na base, como foi possível constatar nas entrevistas realizadas com quatro dirigentes sindicais, a citar os de Presidente Prudente, Regente Feijó, Flórida Paulista e o de Junqueirópolis, todos localizados na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

O surgimento da FERAESP em 1989, permitiu a criação dos sindicatos dos empregados rurais (SER's), em detrimento dos já existentes sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's), vinculados a FETAESP, sendo importante destacar que tal como a FERAESP, os SER's representam somente os empregados rurais assalariados, tais como os do setor canavieiro, diferente dos STR's, cujo espectro de representatividade abarca também trabalhadores na agricultura familiar. Essa especificidade na representação, é uma característica do sindicalismo no campo paulista!

Embora esse não seja o objetivo de nosso texto, é importante frisarmos que a relação entre as federações de sindicatos, não é harmônica, e até mesmo a relação entre as bases sindicais também não tem nada de harmonia e camaradagem. Na realidade está mais para uma relação de constante atrito e ocasionais “cessar-fogo”.

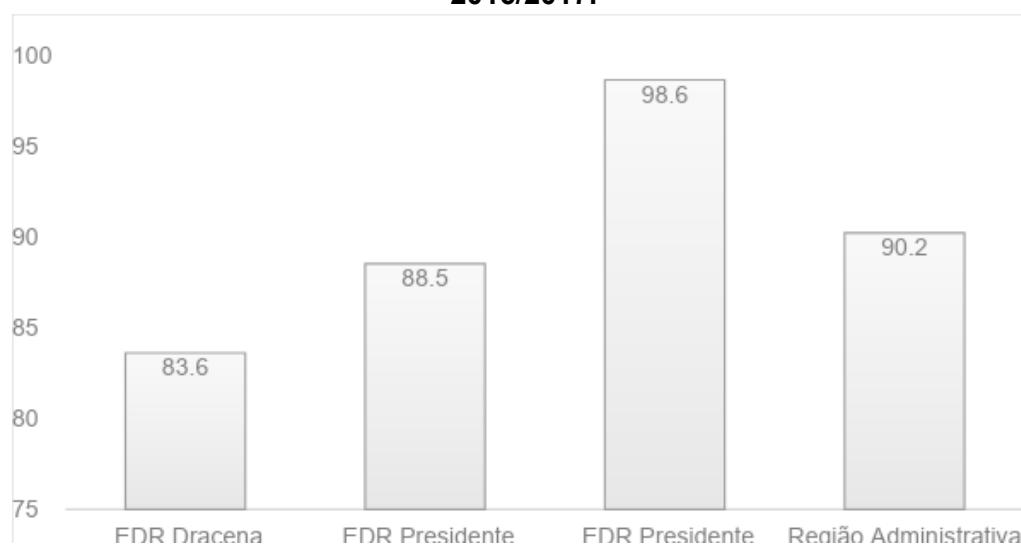
De qualquer forma, um problema comum para todos os sindicatos, seja na base, seja nas federações, diz respeito a questão orçamentária e que preocupa os dirigentes, e em nossa região, isto é ainda mais notável, considerando uma tendência de diminuição do número de filiados nos últimos anos, por diversos motivos, geralmente associados ao processo de tecnificação do setor canavieiro.

É factível que o agrohidronegócio canavieiro, sobretudo a partir dos anos de 1990 e na segunda década do século XXI, tem seguido os pressupostos da reestruturação produtiva, incrementando uma série de mudanças organizacionais e na produção, para dar mais dinamismo e maximizar os lucros, se preparando para um novo ciclo de reprodução do capital, principalmente nos pós-crise financeira de 2008.

Na região em estudo (Gráfico 01), à medida que o processo de transição tecnológica tem se estendido, é difícil encontrar uma agroindústria canavieira que não tenha incrementado na produção e na organização, o plantio e a colheita mecanizados, promovendo assim, significativas alterações e mudanças que possuem como único objetivo, a maximização dos lucros e redução de gastos tidos como desnecessários.

Isto rebate na dispensa de dezenas de trabalhadores e substituição dos mesmos por maquinários, como têm se registrado nos três escritórios de desenvolvimento rural que compõem a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), a citar: EDR's de Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Dracena.

Gráfico 01: Índice de mecanização em (%) por EDR e Região Administrativa-Safra 2016/2017.



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (2017).

Dentre estes novos moldes sugeridos pela reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro, destacamos então, a (não tão nova assim!) mecanização no plantio e na colheita da cana, que vem criando um verdadeiro exército de trabalhadores desempregados e descartados pelas agroindústrias por conta dos novos patamares produtivos.

Os sindicatos têm ficado de braços atados, alguns por conivência e outros por incapacidade de elaborar uma resistência sem articulação, considerando que uma resistência do tipo deveria contar, para ser bem-sucedida, com o apoio e participação de federações inteiras, assim como com a solidariedade e alianças entre todas as federações do Estado de São Paulo. Em outras palavras, improvável ou mesmo impossível.

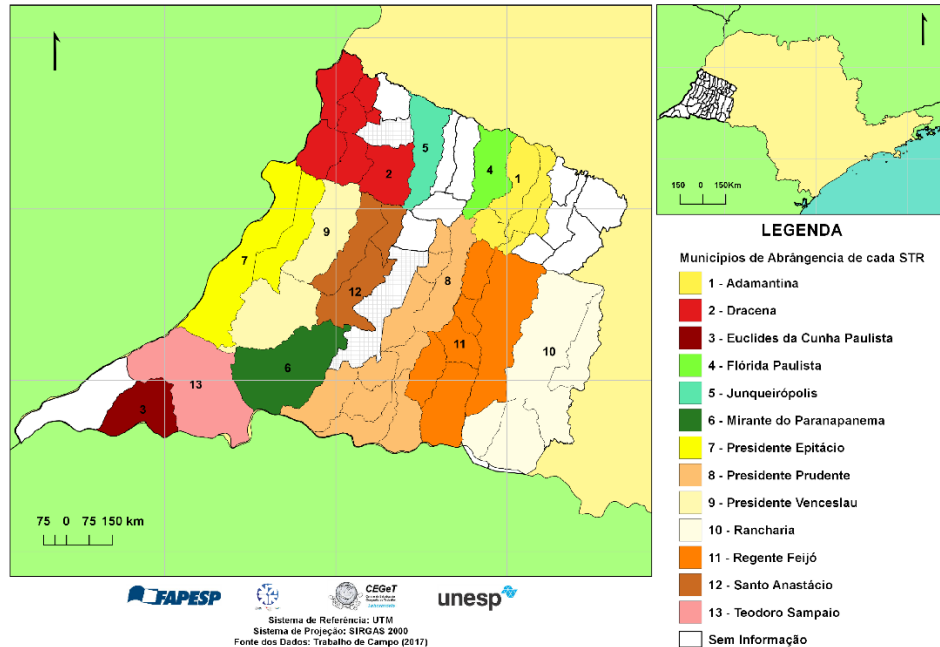
Os sindicatos contam com as contribuições sindicais, e isto está previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, como o imposto sindical, o assistencial e em alguns casos, como os sindicatos alinhados com a FETAESP, com a contribuição federativa. No entanto, quando se reduz o número de trabalhadores nas bases, por conta do desemprego estrutural, se reduz a contribuição que os trabalhadores direcionam para os sindicatos.

Mesmo que a redução do número de trabalhadores atuando no setor canavieiro não impactasse nos sindicatos e nas federações, estes dois últimos com a redução dos números da classe trabalhadora no setor, perdem parte considerável do poder político. E isso nenhum sindicato e federação está disposto a perder.

Pois para muitos dirigentes, poder político significa poder de barganha a nível estadual, e inclusive a nível nacional nas disputas políticas entre os próprios sindicatos, federações, centrais sindicais e na esfera político-partidária, havendo assim, disputas

territoriais entre as bases sindicais, sendo essa uma realidade presente nos municípios que compõem nossa região de estudo (Mapa 01).

Mapa 01: Abrangência de cada sindicato dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais da Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: Autores (2019-2020).

Nesse raciocínio, é imperativo esclarecer que a partir do desenho dos territórios-base de cada sindicato na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), de que forma o orçamento tem se tornado um problema para os sindicatos, inclusive contribuindo para limitar ainda mais seu raio de atuação, seja no plano de elaborar medidas combativas, ou seja, no plano de apostar em medidas legais dentro dos limites da legislação trabalhista.

Por essa perspectiva, levando em conta a elaboração de medidas combativas em seu modo de agir/representar os trabalhadores, é crucial que questionemos de que forma a crise dos sindicatos dos trabalhadores e empregados rurais, rebate para os trabalhadores por eles representados, em um período de transição tecnológica, no plantio e colheita da cana-de-açúcar, e que tem como um dos principais impactos, a ampliação de um processo de adoecimento/descarte de trabalhadores nos canaviais da região e que nos propomos debater a seguir.

Representação sindical em meio ao adoecimento/descarte de trabalhadores do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)

Para entendermos o que vem ocorrendo nos sindicatos dos trabalhadores e empregados rurais, seja por conta dos desdobramentos de processos globais, como por exemplo a reestruturação produtiva, que tem como expoente na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), a transição tecnológica, seja por particularismos locais, como o histórico de conflitos e disputas no recorte estabelecido, tomamos como base teórica, duas máximas sugeridas por Alves (2000), quando este procura esmiuçar as transformações no mundo do trabalho que remontam à década de 1970, projetando para a questão do sindicalismo.

Uma de nossas hipóteses, é que o sindicalismo moderno se encontra em crise estrutural, por conta da crise sistêmica e estrutural do capital que se aprofundou desde os anos de 1970 (e está em andamento), sendo seguida por uma resposta por parte das elites mundiais através da reestruturação produtiva, que tinha como objetivo proporcionar um novo ciclo de acumulação do capital.

Esta crise possui duas dimensões históricas, por um lado a dimensão sócio institucional, caracterizada pelo declínio nos índices de sindicalização, é a crise de representação de classe; por outro lado se evidencia a dimensão político ideológica, caracterizada pela integração plena dos sindicatos à lógica mercantil, com a práxis de luta sindical, em maior ou menor proporção, sendo limitada ao horizonte da mercadoria, procurando garantir tão somente melhor preço da força de trabalho (ALVES, 2000).

Alves (2000, p.85) nos indica que o cerne essencial da crise do sindicalismo, é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu “poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho”. Na tabela 01, buscamos clarificar uma das dimensões da crise do sindicalismo: a crise de representação, que se expressa na redução do número de trabalhadores sindicalizados.

Tabela 01: Número de Trabalhadores filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

STR's e SER's	Ano de 1997	Ano de 2010	Ano de 2017
STR Presidente Prudente	1000	700	400
STR Mirante do Paranapanema	3000	1000	400
STR Santo Anastácio	1000	700	400
STR Dracena	10000	7000	1000
SER de Presidente Venceslau	500	500	250

STR de Adamantina	3000	2000	1200
SER de Teodoro Sampaio	500	1000	380
STR Flórida Paulista	3000	1000	200
STR Regente Feijó	2000	3000	2000
STR Presidente Epitácio	5000	2500	2500
STR Junqueirópolis	427	483	1112
STR Rancharia	5000	8000	7000
STR Euclides da Cunha	1000	300	100

* Números estimados, fornecidos pelos sindicalistas.

Fonte: Pesquisa de Campo (2018-2020). Org.: Autores (2020).

A Tabela 01, indica que há uma tendência de diminuição do número de trabalhadores filiados ao longo das três datas mencionadas. Isso é ainda mais notável no período entre 2010 e 2017. Tendo em mente que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), indica ser possível a existência de apenas um sindicato de uma mesma categoria no mesmo município, pode-se perceber com a tabela 01, que a crise é de representação, e esta dimensão da crise nos sindicatos têm rebatimentos diretos no orçamento dos mesmos e estimulam as disputas territoriais por base, como pudemos acompanhar em nossas pesquisas.

Essa disputa é acirrada, tendo em vista a existência de diferentes federações e centrais sindicais envolvidas no processo, e quem acaba por sair perdendo nesta disputa, são os trabalhadores, que muitas vezes são forçados a se filiarem em sindicatos em que não se sentem devidamente representados, como foi o caso constatado em Junqueirópolis (SP), com a passagem dos trabalhadores do setor motomecanizado, anteriormente filiados ao sindicato dos transportes, para o sindicato dos trabalhadores rurais.

Isso nos indica que há algo muito grave ocorrendo com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais, na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). Para acirrar o problema, percebe-se que os “rachas” e disputas políticas no âmbito da Federação FETAESP (trabalhadores da agricultura, incluso assalariados e agricultores), deram origem à FERAESP (apenas trabalhadores assalariados) como destacado anteriormente, logo surgindo uma tendência de aprofundamento dos problemas estruturais relacionados a representação dentro dos mesmos.

Dada a diminuição crescente do número de filiados nos sindicatos, é perceptível a territorialização de algumas bases sindicais sobre outras, isso se faz principalmente, quando consideramos os sindicatos mais combativos em oposição aos menos (marcados pelo peleguismo).

A diminuição no número de filiados se faz ainda mais presente em tempos de mudanças nas leis trabalhistas e perdas de direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores no passado recente, enfraquecendo assim os sindicatos, pois se por um lado,

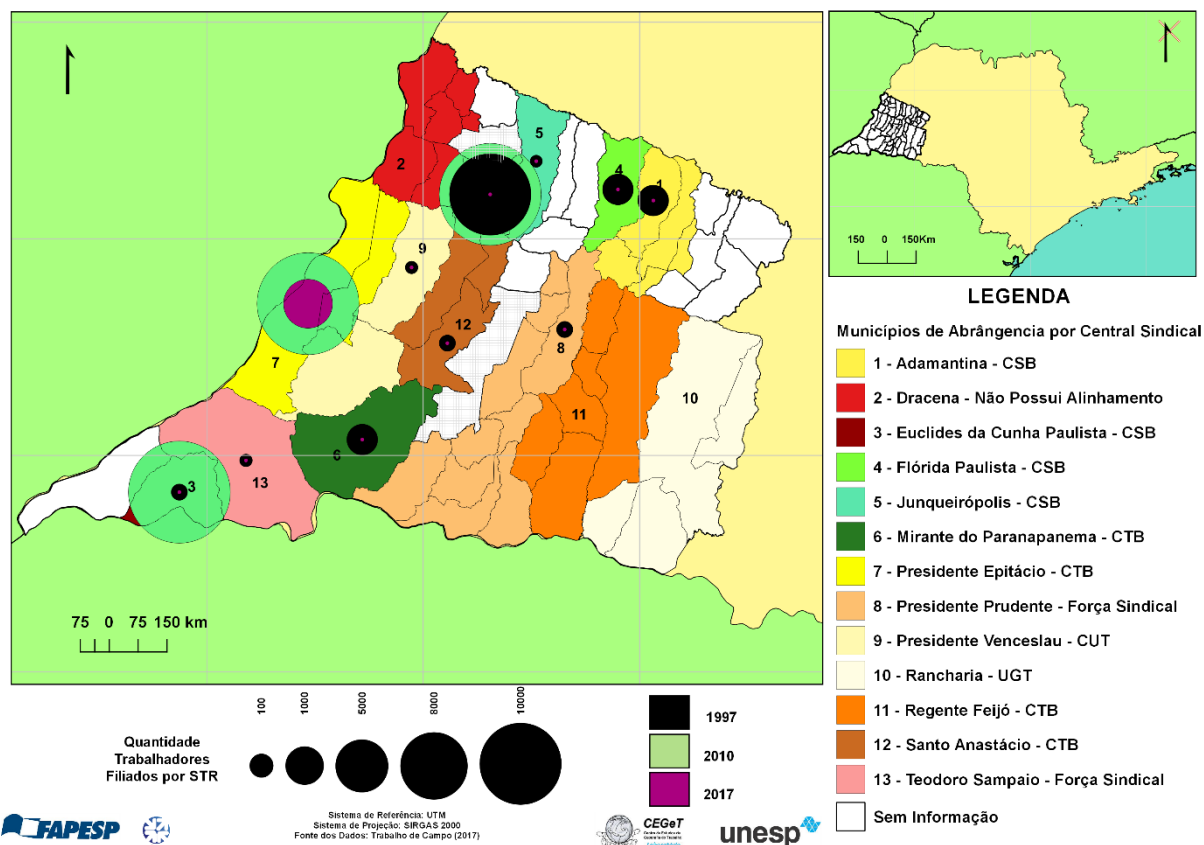
apenas as agroindústrias canavieiras mais tecnificadas permanecerão atuando no setor canavieiro, por outro, apenas os sindicatos mais combativos e melhor estruturados conseguirão resistir a onda de ataques aos direitos dos trabalhadores realizada pelo governo em voga.

Comparemos então, a situação dos STR's de Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Anastácio e Junqueirópolis (SP). Há uma diminuição no número de trabalhadores filiados no STR de Presidente Prudente e de Santo Anastácio (SP), com uma redução de 300 trabalhadores em cada período; no de Regente Feijó (SP), há um aumento do número de sindicalizados, mas logo é seguido por uma diminuição significativa de 1000 trabalhadores.

No entanto, nota-se que o STR de Junqueirópolis (SP), que possui base apenas no mesmo município, manteve crescimento relativo do número de trabalhadores filiados até 2017. Em entrevista com o dirigente sindical, o mesmo nos relatou que o sindicato procurou acolher novas categorias de trabalhadores como os da moto-mecanização e isso explicaria esse crescimento contínuo de trabalhadores filiados.

Vejamos esta tendência de redução do número de trabalhadores filiados espacializada no Mapa 02, que para além desta informação, trata dos municípios de abrangência de central sindical e quantidade de trabalhadores filiados por STR, nos permitindo uma compreensão em respeito aos impactos causados pelo processo de transição tecnológica nos canaviais da região de enfoque de nossas pesquisas.

Mapa 02: Municípios de abrangência de cada Central Sindical e quantidade de trabalhadores filiados por STR.



Fonte: Autores (2019-2020).

Retomando a análise em respeito a tendência de redução do número de sindicalizados nas bases, se constata que o caso dos STR's de Santo Anastácio, Flórida Paulista, Euclides da Cunha e Mirante do Paranapanema (SP), são muito didáticos para indicar as tendências que têm se manifestado na realidade do nosso recorte, que dizem respeito ao fechamento de agroindústrias canavieiras, incorporação destas por grupos empresariais maiores, e o avanço da mecanização no campo, em outras palavras, o pacote tecnológico avança na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), provocando desemprego por onde passa.

Com relação aos STR's de Euclides de Cunha e de Santo Anastácio (SP), que possuem como bases territoriais, municípios pequenos e estrutura sindical limitada, além de desprovida de equipamentos-recursos, é possível levantar a hipótese de que a redução do número de trabalhadores sindicalizados também se explica pelo fato dos municípios em questão possuírem uma população extremamente reduzida, dessa forma pouco se consegue fazer para reverter a tendência de redução dos trabalhadores filiados.

Isso nos permite afirmar que embora haja uma tendência de redução do número de trabalhadores em todos os STR's da região, com algumas exceções como o do STR de

Junqueirópolis (SP), os sindicatos com menor quantidade de trabalhadores e com menor raio de atuação, este limitado a municípios pequenos, com quase nenhuma forma alternativa de contribuição ou que tenham agroindústrias fechadas em suas bases, se encontram em um nível de gravidade no que se refere à crise orçamentária, maior e mais profundo que os STR's maiores e mais estruturados (BARRETO, 2012; 2018).

Nos sindicatos dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente, Junqueirópolis e Regente Feijó (SP), se constata a presença de trabalhadores assalariados filiados, assim como agricultores familiares, e em casos como os STR's de Junqueirópolis, Dracena, Mirante do Paranapanema (SP), há inclusive a presença de trabalhadores da categoria de moto-mecanizados (operadores de máquinas, entre outros). Isto tende a amenizar a tendência de redução do número de filiados, embora não a reverta como destacam dirigentes sindicais entrevistados².

P: Com relação a questão financeira do sindicato, quais as fontes de contribuição do sindicato atualmente? E também como funcionou até agora a questão do imposto sindical?

E: Fonte de renda [Silêncio] hoje um sindicato para se manter em uma única base ele tem que prestar serviço, e é isso que a gente vê tentando fazer nos últimos anos [Barulho] nós temos hoje convênios médicos, exames laboratoriais né, atendimento psicossocial, a gente procura manter isso. Agora o que o trabalhador gosta muito é que nós fazemos trânsito para o trabalhador (INFORMAÇÃO VERBAL, STR de Junqueirópolis, Miguel, 16/08/2017).

O problema é que em sindicatos com base única, como por exemplo o STR de Junqueirópolis (SP), que possui apenas um município como território-base (o próprio município de Junqueirópolis), a alternativa para manter a saúde financeira do sindicato, é apostar em assistência e prestação de serviços. Isto acaba por tornar o sindicato cada vez mais parecido com um escritório prestador de serviços, ao invés de uma instância de autêntica combatividade, o que dificulta ainda mais a retomada e resgate dos resquícios de luta por parte do sindicato.

Dessa forma, do total de filiados nos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais da região, se percebe que o problema de orçamento se deve à diminuição do número de assalariados filiados, e os que foram incorporados já são provenientes da mecanização em curso, que vem avançando nas agroindústrias da região.

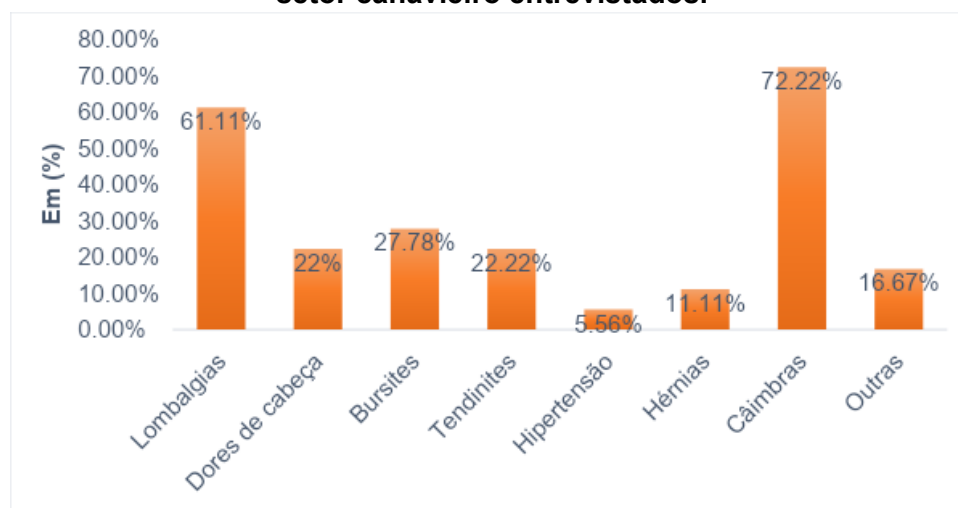
Assim, percebe-se que o problema da mecanização, e de maneira mais abrangente a transição tecnológica, a tecnificação na produção, não afeta apenas os trabalhadores que são, sem qualquer justificativa, descartados pelas agroindústrias

² É interessante esclarecermos que todos os trechos de entrevistas citados ao longo desse texto, contém as seguintes codificações: E= entrevistado e P=pesquisador e que, exceto para os dirigentes sindicais, todos os nomes utilizados de trabalhadores e trabalhadoras, tratam-se de pseudônimos visando preservar suas identidades.

canavieiras, ou mesmo quando permanecem em seus postos de trabalho, se deparam com arranjos organizacionais e produtivos que promovem uma intensificação do ritmo de trabalho, da precarização do trabalho, novas formas de contratação (algumas não tão novas assim!), como a terceirização, desespecialização e polivalência dos trabalhadores qualificados que se transformam em multifuncionais (ANTUNES, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019).

E que nos permitem empreender uma leitura geográfica em consideração ao perfil dos trabalhadores rurais do setor canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), porquanto o amplo quadro de adoecimento e descarte que acometem esses trabalhadores, e isso se expressa quando se põe em debate a presença de incomodações ocupacionais vivenciadas pelos mesmos (Gráfico 02).

Gráfico 02: Principais doenças e incomodações ocupacionais dos trabalhadores do setor canavieiro entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo (2017-2020). Org.: Autores (2020).

Dentre as principais incomodações ocupacionais que atingem os trabalhadores do setor canavieiro e que estão presentes em nossas pesquisas, comparecem os quadros de câimbras, lombalgias, bursites, tendinites, dores de cabeça e hérnias, que não apenas afastam esses trabalhadores temporariamente, mas também acabam ocasionando seu completo descarte do trabalho nos canaviais da região e em muitos casos, da possibilidade de realizar quaisquer outras lavras.

Entretanto, o processo de transição tecnológica não têm rebatimentos apenas para os trabalhadores de modo geral, afetando também os STR's e SER's que, por conta da estrutura sindical atual legada de modelos de sindicalismo anteriores, sobretudo da era Vargas, que prezam pela burocracia, apelo extremado ao legalismo e à figura do Estado, e sindicalismo por categoria, tornam-se presas fáceis e inertes diante da ofensiva do capital,

que visa mais do que nunca atacar a subjetividade dos trabalhadores, a consciência de classe, a organização legal dos mesmos, e mais do que qualquer coisa, a saúde da classe trabalhadora.

Pois um sindicato engessado, inerte e em crise, é um sindicato desatento ou incapaz (de mãos atadas, intencionalmente ou não!) de articular e pensar em estratégias para organizar a classe trabalhadora e dar uma resposta à altura dos ataques que estão sendo feitos aos trabalhadores.

Por esse viés, se evidencia a segunda dimensão da crise estrutural do sindicalismo moderno, que está associada à irracionalidade de uma crise sistêmica, estrutural e constante do metabolismo social do capital, que mais do que nunca, após a reestruturação produtiva, ainda em curso, se lança sobre o trabalho, buscando mais uma vez restabelecer o controle social e estabelecer novas formas de tornar o mundo do trabalho mais complexo (e mais subserviente).

Esta dimensão é a político-ideológica, caracterizada pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas, de cariz setorial, em que a dimensão classista é abandonada em prol de práticas sindicais voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado. “A miséria do neocorporativismo de cariz setorial é um sintoma, em si da crise do sindicalismo, além de contribuir, em seu desenvolvimento, para o seu aprofundamento” (ALVES, 2000, p. 89).

E no caso da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), com base em entrevistas feitas com trabalhadores na região, se evidencia o que os autores e teóricos da questão do trabalho e sindical no Brasil tem dito a algum tempo, no que se refere à relação e tipo de vínculo entre trabalhadores e sindicato: uma generalizada insatisfação por parte dos trabalhadores com relação à ação sindical e a proximidade com as bases.

P: - O que você acha do sindicato?

E: - Por enquanto está indo mais ou menos né. Não está 100%, mais...

P: - Eles chegam lá para conversar com você e com os outros trabalhadores?

E: - Não. Com nós (sic) na roça não. Pelo menos depois que eu entrei nessa usina não. Ele veio conversar aqui, mas na roça onde a gente fica, não.

P: - O dirigente nunca viu lá?

P: - Não, é que esse nosso é da... Antes nós tínhamos o Sindicato dos Condutores de Dracena (SP), aí agora passou para o rural. O rural não é de Junqueirópolis (SP).

P: - E o que você acha do rural?

E: - É porque o dos condutores luta pelo cara, o do rural é difícil. Para você entrar com garra numa coisa para resolver...ou você não entra! Você abraçar a coisa e não...Nós estamos com uma causa aí ó, entrei em acordo com o dono da usina, para ele pagar nós (sic), isso era para ter pagado o ano passado e até agora, o cara não pagou nada. Quando era o sindicato dos condutores não, os caras estava lá dentro, fazia a turma parar tudo, a usina virava um 'piseiro' (sic). Hoje só conversa, conversa, conversa e não

vejo o resultado de nada... Eu tô com R\$20.500,00 para pegar na usina e até agora nada, aí vai lá no Fórum, chega lá resolve amanhã, resolve depois e não sai. Eu acho que quando você abraça uma coisa, você tem que ir atrás, pra você não resolver nada, não adianta (INFORMAÇÃO VERBAL, Eugênio, 51 anos. Operador de colhedeira. Junqueirópolis, 16/08/2017).

O trabalhador Eugênio nos indica que o sindicato em que está vinculado é o sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis (SP). E para com essa representação legal dos rurais, não demonstra nenhum pouco de satisfação com o trabalho que vem sendo realizado. Afirma, que além dos representantes do sindicato não se fazem presentes nos locais de trabalho, para pressionar os patrões e ouvirem as inquietações dos trabalhadores, também pouco se nota de ação efetiva na garantia dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, por exemplo o acordo que o trabalhador entrou com a agroindústria anterior que ele exercia funções.

Percebe-se também, que entre os próprios sindicatos, no caso o STR de Junqueirópolis (SP) e o sindicato dos condutores de Dracena (SP), que antes tinha algumas categorias de trabalhadores de Junqueirópolis entre seus filiados, há diferenças na postura, ação sindical e combatividade em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Dessa forma, se deve levar em consideração que nem todos os sindicatos perderam o caráter de proximidade e apoio dos trabalhadores, diante das mudanças e transformações no mundo do trabalho que remontam à década de 1970, mesmo quando se colocam na defesa dos interesses da classe trabalhadora meramente na esfera da luta por melhoria de salários e acordos entre a agroindústria e os trabalhadores.

Do ponto de vista classista, supostamente seria vantajoso a incorporação por parte de um sindicato de várias categorias, mas a lógica do sindicato de Junqueirópolis (SP) em nenhum momento extrapolou a esfera da luta por melhores salários e dissídios, e mesmo nessa luta eles provaram que não eram muito convincentes e combativos e isso ficou presente no decorrer das entrevistas realizadas em nossas pesquisas.

P: Como a senhora avalia o sindicato?

E: Olha... pra mim o sindicato não vale é nada...não vale nada, sabe porquê...eles foram...eles iam, entravam, fechavam a rua, no começo da usina, fazendo aquele piseiro (sic) pra não deixar o povo entrar, nós nunca viu gente do sindicato lá no meio da roça, chegar na hora e pegar, primeiro eles...eles ligavam pra usina pra falar que vinham, agora eu não sei o que a usina fazia com eles né, eles se reuniam primeiro com a usina pra depois...cedo de manhã cedo, saíamos cinco horas da manhã, e eles trancavam nós lá na guarita lá...com aquele piseiro (sic), tentava liberar pra nós íamos trabalhar, não saia nada...agora quem sempre veio e no meio e chegava...assim de surpresa, era o ministério... (INFORMAÇÃO VERBAL, Madalena, 55 anos. Ex-cortadora de cana. Junqueirópolis, 25/06/2017).

O discurso do sindicalismo tem dificuldade de chegar nas bases porque os próprios sindicalistas junto com toda a estrutura burocrática, legalista e engessada dos sindicatos se

afastaram das mesmas. Isso cria um vácuo na formação e luta das bases, que perdem confiança quase que completamente em qualquer ação sindical.

Não se pretende polemizar ou reforçar denúncias contra alguns sindicatos em específico, sem provas, mas sim apresentar o ponto de vista dos trabalhadores que pelos relatos mostrados não demonstram simpatia ou proximidade para com os sindicatos. Isto seria um problema criado pelos próprios trabalhadores?

Definitivamente não. Percebe-se que os sindicatos, através dos relatos, referências bibliográficas e dados apresentados, têm um longo caminho a percorrer caso tenham a intenção de restabelecer o vínculo com os trabalhadores nas bases, e por consequência retomar o seu papel de centralidade na defesa dos interesses dos trabalhadores, em confronto aberto com as forças do capital.

Neste jogo (inter) escalar, fundamental para compreender o que está em andamento na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), se constata que a tragédia dos sindicatos, resultado de processos globais, como a reestruturação produtiva que tem como expoente na região, a transição tecnológica e também particularidades locais associadas a disputas pela terra e conflitos pela água, possuem desdobramentos no agravamento da condições de trabalho, tipos de contrato, disputas entre trabalho e capital.

Logo, entender a tragédia e crise dos sindicatos, diante do engessamento e falta de capacidade de dar respostas à altura dos desmandos do capital nos últimos, é vital para se compreender como a saúde dos trabalhadores vem sendo afetada diante de novos arranjos organizacionais e produtivos no setor canavieiro.

Considerações Finais

Temos o desafio de tentar fazer uma leitura geográfica, pautada em algumas contribuições para o debate público, sobre os desdobramentos da transição tecnológica na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), na organização dos trabalhadores rurais e saúde coletiva dos mesmos e das populações locais. Não se pretendeu com este trabalho, esgotar a temática que nos propusemos a estudar e pesquisar, mas apresentar alguns apontamentos que consideramos importantes para a realização de futuros trabalhos.

Destacamos que os sindicatos dos trabalhadores rurais e os sindicatos dos empregados rurais da região de nosso recorte se encontram imersos em uma crise estrutural do sindicalismo moderno, que possui duas dimensões, a representativa associada à redução da taxa de trabalhadores sindicalizados, e a político-ideológica, associada à integração plena dos sindicatos à lógica mercantil.

Assim, a desatenção por parte dos STR's e SER's, distanciamento dos trabalhadores, demasiado apegado ao legalismo e a burocracia e, portanto, incapacidade, a

curto, médio e longo prazo, de se articularem e voltarem para as lutas combativas em defesa dos interesses dos trabalhadores, se configura como uma marca dos sindicatos atuais, que para além da crise do sindicalismo moderno, expressão do avanço da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e avanço da ideologia do neoliberalismo; sofrem com o legado de engessamento e legalismo, herança da Era Vargas.

Os sindicatos se tornaram tão engajados em disputas por territórios (municípios) e disputas entre as federações, que alguns presidentes de STR's e SER's, esqueceram até mesmo o propósito das entidades sindicais. Neste sentido o caminho para reverter a situação apresentada, passa por um longo processo de autocrítica e de (re) aproximação com os trabalhadores e com as bases, do contrário a crise dos sindicatos, que é representativa (diminuição do número de filiados e associados) e político-institucional-ideológica, não será solucionada!

Com isso os trabalhadores saem perdendo, pois se desiludem com qualquer forma de organização coletiva, pela via legal ou não, e se veem sem esperança diante do avanço da barbárie do capital à nível global. Os trabalhadores rurais em sua maioria não se sentem representados, demonstram perda de confiança nas instâncias organizativas e enfatizam que estas têm se posicionado mais em defesa dos interesses do patronato, do que em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, constata-se uma crise de confiança, e um notável distanciamento entre os sindicatos e os trabalhadores.

O PLC 38/2017, mais conhecido como reforma trabalhista, foi aprovado pelo Senado no dia 11 de julho de 2017 e, em seguida, sancionado pelo presidente Temer no dia 13 de julho. Para conseguir a aprovação do projeto no Senado, o presidente prometeu editar uma medida provisória modificando pontos controversos. No entanto, o próprio presidente da câmara dos deputados, aliado de Temer, assim como outros aliados da base governista, já adiantaram que não tinham pretensão de fazer qualquer alteração. De qualquer forma, o projeto foi sancionado e, em 120 dias após a sanção, entrou em vigor.

Na prática essa nova legislação amparada na regulamentação da terceirização nas relações de trabalho, já aprovada pela Lei nº13.429/17, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2017, e tendo como espinha dorsal a prevalência da negociação entre empregador e empregado, configura-se como uma nova etapa da ofensiva do capital na escala nacional, seguindo os moldes daquilo é tido no Brasil como “normal” e “natural” para a maior parte dos setores produtivos (e financeiros) antinacionais e entreguistas: a superexploração do trabalho, aumento da jornada de trabalho e tentativa de desmobilizar qualquer tipo de organização dos trabalhadores, como os sindicatos.

Enfatizamos que os sindicatos, no caso os sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), têm demonstrado afastamento das causas combativas em defesa dos interesses dos

trabalhadores e estão mergulhados no imobilismo, burocratismo e muitas vezes até mesmo alinhados com interesses patronais.

No entanto, o que gostaríamos de chamar a atenção, diz respeito ao fato de que a reforma trabalhista, na retórica para ser aprovada e se aproveitando de uma insatisfação por parte de trabalhadores para com a atuação dos seus sindicatos, buscou deixar os sindicatos de lado, assim procurando enterrar qualquer chance de retomada do caminho da combatividade pela via dos interesses dos trabalhadores.

Muito se falou ao longo da propaganda governamental, que a reforma trabalhista traria fim ao imposto sindical, antes obrigatório, e que por isso seria benéfico ao trabalhador porque este não precisaria fazer uma contribuição que ele não gostaria. A retórica era essa, centrar a atenção no imposto sindical e a insatisfação popular que isso produz.

Porém, mais do que isso, o simbolismo por trás do discurso governamental é o que mais nos tem chamado a atenção, dado que a reforma trabalhista não foi feita pensando no bem-estar dos trabalhadores, pois a mesma está alinhada com interesses corporativos do empresariado nacional e estrangeiro.

Dessa forma, na região de nosso recorte, quando perguntados sobre a reforma trabalhista, embora haja diferenças e especificidades necessárias de serem reconhecidas em cada sindicato dos trabalhadores rurais e/ou sindicato dos empregados rurais, os dirigentes sindicais enfatizam que a situação para os sindicatos tende a piorar, sobretudo por conta do simbolismo por trás do que a reforma representa, e na questão orçamentária, mesmo que na maior parte dos casos na região, o imposto sindical não responda por um percentual significativo daquilo que é arrecadado.

Então, o cenário é de barbárie, e está nítido que esta tragédia tende a se aprofundar, mesmo que, reiteremos, haja sinais de resistências da parte de alguns sindicatos na base e dos trabalhadores, estes últimos que apesar de não se vincularem aos sindicatos por motivos variados apresentados ao longo de nosso texto, demonstram consciência e vontade de resistir, de suas próprias maneiras, embora muitas vezes não necessariamente de maneira coletiva, o que se coloca como um problema na tentativa de se concretizar mudanças no mundo do trabalho benéficas para os trabalhadores.

Mesmo assim, tendo suas condições de trabalho, ambientes laborais e contratos precarizados, o que tem desdobramentos mais do que significativos na saúde da classe trabalhadora, percebe-se que há esperança em meio ao caos e barbárie, e isso passa, sem a menor sombra de dúvidas, por uma (re)aproximação entre os sindicatos e os trabalhadores.

Dessa forma, os sindicatos devem se afastar da estrutura, do Estado, e apego demasiado ao legalismo: esta é a única forma de superar a crise do sindicalismo moderno, romper com os limites invisíveis da separação por categorias de trabalhadores, e alinhar o

discurso e ação sindical com as necessidades e demandas da classe trabalhadora não apenas da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), como em todo o país!

Referências

ALVES, G. **O Novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, 328p.

AZEVEDO, J. R. N. de. **Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul: relação Capital x Trabalho e Reconfiguração Espacial**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BARRETO, M.J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BARRETO, M.J. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas regiões administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto**. 2018.377f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BENTO, F.S; THOMAZ JUNIOR, A. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Revista Pegada**, vol. 16, n.1, p.79-107, 2015.

BENTO, F.S. **Os viúvos da cana-trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)**. 2019.380f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BENTO, F.S; THOMAZ JUNIOR, A. Os desafios para a construção de uma Geografia do Trabalho no início do século XXI em meio ao adoecimento e descarte de trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). **Revista Pegada**, vol.20, n.1, p.37-61, 2019.

HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.63, vol.22, p.131-158,2008.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 402p.

LOURENÇO, E. A. S. NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social I**. 1.e.d. São Paulo: Boitempo, 2012, 434p.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. **Anais...**, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 571f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PIGNATI, W. A. O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Org.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas**. Outras Expressões- SP, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canais os nós da cana** (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital X Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, autocrítica e Desafios Teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, 2012, v.13, n. 2, p. 4-19.

THOMAZ JUNIOR, A. Territórios em Disputa e Movimento Territorial do Trabalho e da Classe Trabalhadora. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.14, n.2, 2013, pp. 1-24.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.19, n. 2, 2018, p.6-56.

THOMAZ JUNIOR, A. **Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho**. Mimeog. 2019 Disponível em: <http://gege.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20do%20Trabalho%20-%202019/THOMAZ%20-%20Novos%20Territ%F3rios%20da%20Degrad%20Sist%EAmica%20do%20Trabalho-Final.pdf>

TORRES, A.T.G. **A luta de classes pela água**. Campina Grande 2007, 179f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 2007.

Sobre os autores

Gabriel Vitor Nascimento Ferreira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-7697-9740>.

Fredi dos Santos Bento – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6408-8134>.

Antonio Thomaz Junior – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-1015-2257>.

Como citar este artigo

FERREIRA, Gabriel Vitor Nascimento; BENTO, Fredi dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Efeitos da reestruturação produtiva do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) nas relações de trabalho e nos STR's e SER's. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 98-121, mai.-ago., 2022.

Declaração de Contribuição Individual

Recebido para publicação em 13 de setembro de 2020.
Devolvido para a revisão em 30 de agosto de 2021.
Aceito a publicação em 30 de setembro de 2021.
